

Reunião de Conselho Municipal de Política - COMPUR

Local: CASS – subsolo Sala 3

Data: 29 de janeiro de 2015

Horário: 10:h às 13:h

A Reunião Ordinária do **COMPUR** do dia 29 de janeiro de 2015 teve a seguinte palestra e apresentador:

Palestrante : Paulo Fernando Arruda Cavallieri e Bárbara Caballero

Tema: IDH-M - Uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a cidade.

Conselheiros: Titulares e Suplentes: Marco Antonio Barbosa (**SENGE**), Ephim Shluger (**IAB**), Sandra Sayão (**ASBEA**), David Cardeman (**ADEMI**), Francis Bogossian (**CLUBE DE ENGENHARIA**), Gilson Dimewstein Koatz (**FAM-RIO**), Marcelo Pereira Quadros (**SMO**), Luis Fernando Cavallieri (**IPP**), Laura Di Blasi (**IRPH**), Mozart Porto Rangel (**SEDES**), Antonio Carlos Velloso (**SMTR**), Claudia Alves de Oliveira (**PGM**), Antonio Luiz Barbosa (**SMU**).

Convidados e participantes : Aída Billwiller, Mariza Valente (**SMU**) Pablo Benetti (**UFRJ**) Andrea Pulici, Marcia Miranda, Priscila Alves (**IPP**) Claudia Muricy (**CMP**), Solange Cintra, Lucia Quadra, Renato Santa Cruz, Juan Diego Teixeira, Teresa Quiroga, Marcelle da S. Araújo, Ricardo Ferraz, Tatiana Rodrigues, Luciane Coutinho Solange Cintra, Lucia Quadra, Carlos Meliande, Renato Santa Cruz (**CAU**), Ana Luna (SMH), Cristiane dos Santos Oiveira, Luciana Jennari, Bruna Miceli (**U/CGPU/CMO**).

Falta justificada: Tereza Maria da Silva (**SMDS**)

Antonio Luis Correia - Coordenador de Projetos do Cau (Centro de Arquitetura e Urbanismo), apresenta o tema, ressaltando sua importância, principalmente quando se trata de mensurar o desenvolvimento da cidade, o que é muito interessante. Para ilustrar a importância do **IDH-M**, relembra um caso curioso ocorrido em 2008, quando tínhamos a cooperação de duas entidades na Europa (Alemanha/França), que estavam com dificuldades para conseguir recursos a ser aplicados no Brasil, pois tinham o entendimento, de ser o Brasil um País rico, e que o foco seria agora na África. Coincidentemente, nesse mesmo ano, esteve no Brasil uma delegação de Johannesburg que ao chegar perguntava por nossas favelas, (mesmo passando pelas: Avenida Brasil, e, Linha vermelha) até a cidade, o que foi surpreendente para nossa realidade e visão, pois no entendimento deles o que chamamos de favelas, pra eles são bairros proletários. Então, concluímos que, pessoas de fora, que vivem uma realidade diferente, percebem a cidade de outro jeito, muito diferente da nossa visão. Ratifica a importância do IDH-M, como uma ferramenta, baseada em dados científicos, que tem o papel de nos mostrar o que está acontecendo, e onde podemos intervir. Passando a palavra para Fernando Cavallieri.

Fernando Cavallieri inicia sua apresentação agradecendo o convite, e destacando a importância dos trabalhos desenvolvidos no IPP (Instituto Pereira Passos), a preocupação em produzir informações sobre a cidade. Fala da importância dos indicadores, que praticamente dominaram a cena da estatística sobre as sociedades e seus diferentes territórios. Falando sobre os Índices: o que são índices? São índices sintéticos, que são formados por indicadores, que por sua vez retratam variáveis estatísticas que tentam medir aspectos da realidade. Prosseguindo, apresenta dois índices que estão sendo usados: **IDH-M** (Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, que será apresentado pela Bárbara) uma criação da Fundação João Pinheiro, e outros como o PNUD, IPEA, e o Índice de **Desenvolvimento Social**, que é uma criação caseira, do Instituto Pereira Passos (IPP) inspirada em outros índices onde o foco é a cidade do Rio de Janeiro. Mais voltando aos índices/ indicadores relembra os anos 70, desde os tempos de faculdade, já havia uma discussão sobre desenvolvimento e crescimento econômico. Naquela época, o Brasil crescia a taxas altíssimas de 11 a 12% ao ano, e a pergunta que se fazia, era se aquele crescimento econômico poderia ser entendido como **Desenvolvimento**. O que era desenvolvimento? Era só desenvolvimento econômico? O mundo inteiro estava preocupado com isso, não demorou a ser percebido que aquele crescimento econômico trazia embutido uma grande concentração de renda e de benefícios muito grande, (crescia, mais concentrava) embora o Brasil no século passado tenha experimentado um crescimento econômico fantástico, ainda hoje é um dos países com maior concentração de renda do mundo, e os problemas continuam existindo. Nos anos 90, se cristalizou o interesse em discutir conceitualmente, se aquele desenvolvimento que naquela época era medido exclusivamente apenas pelo PIB PER CAPTA (Produto Interno Bruto dividido pela população) era esse o parâmetro dominante, para comparar os diferentes países do mundo, que a ONU tinha para e verificar o grau de desenvolvimento dos países, quando surge essa discussão, e se introduz a idéia do **Desenvolvimento Humano** – mostrando que o crescimento econômico não era suficiente para dar conta de um fenômeno muito mais abrangente, que era o **Desenvolvimento Humano**, o **Desenvolvimento Social**. Foram feitos vários estudos mostrando que países que tinham **PIB PER CAPTA** elevados, ex: pequenos países produtores de petróleo (na época muito valorizada), pequena população, e um PIB muito grande, não vivem tão bem como outros países, que tinha um PIB menor, porque tinham um desenvolvimento social maior, investia mais no social, educação, saúde, etc. Apenas um exemplo de como esse indicador não era satisfatório para dar conta de todas as necessidades, de se medir e comparar os diferentes países do mundo. A idéia do Desenvolvimento Humano então surge a partir dos estudos de dois economistas: **Amartya Sen** (Indiano), e **Mahbub Ul Haq** (Paquistanês). A ONU acaba patrocinando esse trabalho, e a criação desse índice em termos mundiais. A preocupação deles foi criar um índice que fosse simples, e fácil de calcular, e que gerasse um impacto para todos os países (em termos midiáticos, também), para que fosse aceito, e concorresse com PIB. Para isso acontecer, teria que ser representativo, e ter dentro de si a capacidade de falar a respeito da realidade social dos diferentes países do mundo, e ao mesmo tempo factível, enfim, uma ousadia. Tem uma forte argumentação teórica sobre a necessidade de colocar além do PIB PER CAPTA, duas outras dimensões: Educação, que seria medida por 2 indicadores, (índices) sendo uma vinculada às condições de Saúde – medida pela expectativa de vida, um indicador muito poderoso, não tão simples de calcular, mais ele indica qual é a estimativa de vida que se pode ter para cada sociedade, a cada momento, da média que a população viverá. O fato é que esse índice pegou (IDH), tornou-se um referencial para o mundo inteiro, foi feito e pensado, inicialmente, para comparar países, depois ele foi desdobrado para unidades menores de cada País, por ex: Brasil – estados e municípios, e até para parte de municípios, (será demonstrado ainda nesta palestra). Mais é preciso

considerar que essa revolução causada pelo IDH, também não é a solução para todos os problemas de medição, de comparação que se tem. Todo indicador desse tipo, que é um índice sintético, tem vantagens e desvantagens, sempre se dirá que falta alguma medição, exemplificando: os ambientalistas dirão que não tem nada sobre meio ambiente, outros, citarão a questão da segurança que não está representada, e por aí vai. A discussão não está errada, mais também não tem nenhum tipo de futuro, porque quando se faz um índice desse, sabe-se que muita coisa terá que ficar de fora, o que não tira a genialidade dele, que, com poucas medidas (4) retratar de maneira bem realista e operacional o nível de desenvolvimento humano da população dos países do Mundo. Embora, hoje ele tenha sofrido várias modificações, (inclusive em 2010 teve uma alteração muito forte, modificando a sua forma de cálculo, tornando mais complexa), porém como ele já está consolidado, ele pode fazer essas alterações. Outro fator importante, é que tem gerado anualmente um relatório de desenvolvimento humano, (a ONU não apresenta apenas um numerosinho de cada País, isso é mais importante pra imprensa nas comparações) a cada ano eles escolhem um tema, se aprofundam no tema escolhido, com isso já geraram vários outros tipos de IDH, como: IDH de gênero; IDH ligado à questão de cor e raça; índice de desenvolvimento humano controlado pela concentração de rendas, e assim por diante, vários relatórios. No seu entendimento, isso mudou a importância da ONU, isso e os objetivos do Milênio, foram duas grandes contribuições significativas que a ONU deu ao Mundo através dos seus técnicos, no sentido de dar a essa organização uma importância que antes ela não estava tendo (é claro que ela é muito importante no aspecto da Paz no mundo), mais no aspecto de promoção de desenvolvimento, e medição de comparação entre países, o IDH, e os objetivos do Milênio, que agora passaram a ser objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS, que estão sendo discutidos na ONU, os novos indicadores), deram uma oxigenada na ONU, e na discussão desses assuntos.

Cuidado com os indicadores:

Fernando pede atenção quando for usarmos qualquer índice/indicador. Há primeiro, os cuidados inerentes à estatística social, que todos nós sabemos, a estatística não é uma ciência exata, (nunca pretendeu ser) é uma ciência probabilística, que faz inferências. Outro cuidado que temos de ter: quando se fala em indicador: sabemos que é inevitável fazer comparações, e aproximações. Foi feita uma pesquisa pelo IPP (Instituto Pereira Passos, quando Sergio Besseman era presidente também do IBGE), e liberado para a imprensa o IDH dos bairros da cidade com base no Censo de 2000. Os jornalistas colocaram uma nota no Anselmo Góes que o IDH de Ipanema era maior que o IDH da Suécia, gerando uma polêmica, pois achavam que Ipanema era melhor que a Suécia! Não, o IDH de Ipanema é igual ou maior que a Suécia. Eles não podem ser comparados, não é isso que se pretende. Temos que entender que o indicador permite que faça comparação sim, mais dentro dos seus limites. Também devemos ter o cuidado, de perceber que esses índices são sempre gerados para um conjunto determinados de territórios. Esse IDH que a ONU faz é para o conjunto de países do Mundo, e que esse número só são válidos para aqueles países - se entrar outro país, com certeza haverá uma mudança de cálculo, haverá alterações, isso é lógico, porque você não pode pegar um IDH dos países, e fazer comparações com outros estados, ou municípios ou de qualquer outro lugar, pois foi gerado dentro de um outro conjunto, com outros números relativos a outro conjunto, quer dizer, não existe valor absoluto, talvez por isso que o IDH é expresso de 0 a 1, ou seja: em décimos e centésimos, variando teoricamente de 0 para o pior, e 1 para o melhor. Na questão da abrangência temática, sempre faltará temas que não poderão estar cobertos por aquele indicador sintético, senão ele deixará de ser

sintético, perderá uma de suas propriedades e importância. É importante observar que acrescentar variáveis, não vai enriquecer ou melhorar o seu índice, pois elas acabam se repetindo, é uma ilusão que se tem.

No caso do brasileiro, temos dois tipos de dificuldades grandes para se trabalhar com índices sintéticos como esses e outros indicadores, e outras estatísticas sobre a realidade. Primeiro que existe uma carência de indicadores, que não seja os indicadores econômicos, sobretudo ligados a negócios, eles existem em profusão extraordinária de indicadores. Imagine a taxa de câmbio, que é um indicador importante sobre a economia de um país, ela é gerada quase que em tempo real, é só ligar o computador que ela está sempre mudando. Fora isso você tem o índice de preços (que mede a inflação), você tem dezenas de índices, você tem: categorias de renda que vai de 0 a tantos salários mínimos; índices de construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto que, um poderosíssimo indicador, o IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica), levou anos e anos para ser criado o primeiro indicador, precisamente em 2005 (feito a cada 2 anos), um índice muito importante, fundamental, que mede o desenvolvimento da educação básica do país. A economia realmente tem uma prevalência muito grande na construção desses indicadores por que a sociedade é capitalista, e exige isso, senão a roda não gira, não há negócio. O IBGE por ser um grande produtor de informações em qualquer pesquisa que ele faça, seja no CENSO ou PNAD e outros mais, deveria ter uma preocupação, também, com outros indicadores. Hoje você tem uma cobertura muito grande de temas ligados a economia, ou sócios econômicos, por exemplo: sobre trabalho – o IBGE faz a anos uma pesquisa mensal sobre emprego, seis regiões metropolitana do Brasil. Que dizer, a cada mês você sabe a taxa de ocupação, e uma série de outras variáveis em seis regiões metropolitanas do Brasil, e não existe essa mesma cobertura para outros milhões de fenômenos, sobretudo fenômenos urbanos. Se quiséssemos saber antes de 2010, qual o tempo de deslocamento casa x trabalho (no Brasil), seria impossível, pois somente nesse ano o IBGE através do CENSO introduziu essa pergunta de fundamental importância para gestão pública das cidades, planejamento urbano e etc., uma variável simples de ser obtida.

Outro problema que temos, além das temáticas, é a questão dos recortes espaciais. Embora o Brasil seja um país urbano já algumas décadas – nós temos pouca coisa sobre cidades (Ministério surgiu em 2003) embora já tivéssemos uma grande rede urbana em todas as regiões desde 1980, com duas grandes megalópoles: Rio e São Paulo, com quase 82% da população vivendo em grandes cidades, ainda assim, existe uma grande dificuldade quando se quer informações sobre cidades, e questões urbanas especificamente através do Censo. Hoje os arquitetos têm uma grande preocupação com indicadores urbanos, urbanísticos, diante das dificuldades de se produzir com os dados existentes. Também não é só a falta de dados, mais também a necessidade de uma discussão teórica sobre o que seria um indicador urbano. No IPP (Instituto Pereira Passos), discute-se há anos qual seria o indicador pra dizer, por exemplo: quando uma área deixa de ser favela? Pela urbanização, investimento e pacificação? Será que essa questão é procedente? É possível se falar sobre isso? Enfim, é toda uma dificuldade, que se tem, mais que já está mais ou menos superada em outras áreas de conhecimento, e de atuação pública e governamental. Mais Fernando faz questão de ressaltar que o **IBGE** tem avançado muito. Cita Lordeiro de Melo (um dos criadores do municipalismo moderno), que segundo ele, o grande problema no Brasil estaria na Constituição pelo excesso de assimetria, ou seja, todos os municípios do Brasil têm a mesma estrutura política e administrativa, igual,. Qualquer cidadezinha de São Paulo, ou até mesmo a capital, tinha a mesma estrutura política e administrativa, ou seja, tudo era município.

Agora mudou, a Constituição de 1988 (pela primeira vez) teve um capítulo sobre a política urbana (embora o País já seja urbano há décadas), ela já obriga a criação de um Plano Diretor em cidades com mais de 20 mil habitantes, ou seja, já fez uma distinção. Ele explica que poderia ter: município A,B,C e etc., para que o IBGE pudesse por exemplo, fazer pesquisas com município de mais de 500 mil habitantes, que desse conta das realidades intramunicipais, olhar para dentro das cidades e ver suas imensas diferenças, o que poderia ajudar muito os governantes, os seus gestores. Segundo que o IBGE, produz essas informações para os municípios, só e feita de 10 em 10 anos,. Nem a PNAD que é realizada todo ano, não tem uma representatividade por município, é por região metropolitana,. Segundo informações da **Bárbara**, o IBGE vai começar a fazer na sua PNAD contínua (que é um novo sistema), informações sobre as capitais, mais ainda deve ser um dado fechado pra Rio, São Paulo. É melhor do que nada, mais queremos mais, e precisamos de mais informações.

Passa a palavra para **Bárbara Caballero** (que é economista) e falará sobre **IDH-M**. Ela dará mais ênfase nessas comparações entre as cidades, e as regiões metropolitanas do Brasil com base nesse IDH-M. trabalha na Gerência de pesquisa e avaliação da Diretoria de Projetos Especiais do IPP

Bárbara Caballero, começa elogiando a introdução do **Fernando**, apresenta os assuntos que irá discorrer, complementando algumas coisas que já foram faladas, e apresenta os resultados para a cidade do Rio, fará algumas comparações como: IDH-M de outras regiões do Rio, de todas as regiões metropolitanas, e de alguma cidades que foram escolhidas para comparar com o Rio, depois entraremos na análise dentro da cidade do Rio.

Sobre o IDH-M, diz que entre suas qualidades, é que ele também serve para comparar os países, tem um padrão, uma referência de índices que são usados para construir rank , e saber como se posiciona. Vai além do aspecto econômico (PIB), pois ele mede a qualidade de vida, pegando: renda - através da economia, saúde; através da expectativa de vida, e educação. O IDH-M (no Brasil) são feitos através do Censo. Demográfico, de 10 em 10 anos, aqui vamos ver o resultado do Censo 1991/2000/2010.

Obs.: Todos esses resultados e indicadores podem ser encontrados no ATLAS, ([HTTP://atlasbrasil.org.br/2013/pt](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt)) site que o PNUD, IPEA e Fundação João Pedro, criaram para hospedar não só o IDH-M, mais outros indicadores e todas essas agregações que eles fazem. Além do IDH-M, o site também disponibiliza inúmeras informações com as mesmas desagregações geográficas para todo o país, nos anos do Censo. (apres.pág/6,7)

IDH-M – Tem um aspecto de **longevidade**, que é a expectativa de vida ao nascer. Mostra o numero médio de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade viveria a partir de então. (é claro que ao longo do tempo a expectativa vai mudando)

IDH-M – Renda - É a renda (**per capita, no caso municipal**) de todo Município dividido pela população.

IDH-M – Educação - É composto de dois indicadores: um é a escolaridade da população adulta, que tem um peso menor (1) na verdade ele é a porcentagem da população de 18 anos ou mais, que tenha terminado o fundamental, e o outro índice que tem o peso maior (2) é o fluxo escolar da população jovem. Então uma média aritmética da porcentagem da população de tal idade que tem o curso ensino fundamental, e o outro - população

jovem, entre 18 e 20 anos, que tenha terminado o ensino médio, e por ai vai.. Então a gente tem sempre o IDH-M geral, que é uma composição desses três (3) subíndices, e também cada um desses três IDH podendo comparar não só o IDH-M total, como também só o IDH-M renda, ou só IDH-M educação. E a escala varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento. (Apres.pág. 8/9)

É importante perceber através dos dados consolidados no censo de 1991/2000 e 2010, que o IDH-M geral da cidade, de 2000/ 2010 embora não tenha sido muito alto (0,799), mais ainda assim, é considerado alto, puxado pelo IDH-M de Renda e de Longevidade, sendo puxado para baixo pelo IDH-M de Educação. Apesar dentre eles o IDH-M de educação tenha sido o que mais aumentou nesse período - 18%. A verdade é que todos cresceram, tem melhorado a cada 10 anos, mais esse crescimento nem sempre foi suficiente para aumentar nossa posição. No geral aumentamos bastante de 2000/2010 no rank, Dos 5.565 municípios no país, saímos da posição 63 para 45. (Apres. pág. 11/12)

Fazendo as comparações das cidades – quanto à comparação, diz: é bom lembrar que essa comparação é um pouco forçada, pois não podemos comparar o resultado de uma cidade, com de uma região metropolitana, ou de um estado, ou de um país. Mais serve um pouco para ver quem está puxando, e o que está puxando, ex: A nossa cidade em 2000, teve um resultado melhor que a Região Metropolitana, isso significa dizer, que o resultado das cidades da Região Metropolitana está sendo puxado pela cidade do Rio de Janeiro, porque está acima da média da Região Metropolitana,o mesmo vale pro Estado, principalmente pro Brasil, pois vai pegar cidades e municípios menos desenvolvidos, então é claro que você espera um resultado mais baixo. Outra comparação em relação a taxas de crescimento de 2010, o Brasil teve o maior crescimento proporcional, sobre as cidades, não deixa de ser significativo – 18/%. (o Rio foi de 11%) Apres. Pág.15

Cidades das Regiões Metropolitanas do Rio – O Rio de Janeiro ficou em segundo lugar (0.799) só perdeu para Niterói (0,837). De qualquer forma, só o Rio e Niterói ficaram na média, acima da Região Metropolitana, puxando esse valor, porque as outras ficaram bem abaixo. (Apres.págs. 14/15)

Regiões Metropolitanas do Brasil – O Rio ficou em sexto lugar, (observando que não são as mesmas consideradas pelo IBGE) a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi o sexto maior valor do país,. das regiões metropolitanas de todo país em 2010, nenhuma região metropolitana teve resultado muito alto. Regiões metropolitanas mais altas que o Rio: Vitória, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal e São Paulo que é o maior valor de região metropolitana do Brasil. Selecionamos ainda, algumas cidades comparáveis com o Rio só pra ter uma dimensão: São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. O Rio na verdade só ganha de Recife e Salvador, todas as outras cidades têm IDH-M muito alto em 2010. (Apres. pág.16/17)

Análises dentro das cidades - Essas regiões não são nenhuma reconhecidas nem áreas de planejamento pela prefeitura, são as regiões que eles definiram (IBGE). São onze regiões, a saber: **Zona Sul:** Grande Tijuca/Barra/Jacarepaguá/Méier e Ilha do Governador. **Zona Norte:** Vigário, Centro, Zona Oeste, Pavuna e Maré. A Maré de longe teve o pior IDH-M.(em 2000 /2010) Zona Sul e Grande Tijuca – lideram o rank. Zona Sul tem o IDH-M alto de 0,914. Barra / Jacarepaguá,Tijuca, Ilha, Méier, são as mesmas que puxaram em 2000 a média da Cidade. Fora a Maré que teve IDH-M baixo (0.575) em Educação, todas estavam na média, ou acima, como Zona Sul. (Apres.pág.19/20)

UDHs – Unidade de Desenvolvimento Humano – foram delimitações definidas pelos órgãos responsáveis, ATLAS e não tem limite geográfico padrão: podem representar pequenos bairros, um conjunto de quadras, ruas ou mesmo condomínios, são regiões que eles consideraram semelhantes e agregaram dessa forma. Então o município ficou dividido em 1.136 UDHs, dessas nenhuma teve o IDH-M baixo, todas foram acima 0,6 (o IDH-M geral), e 407 UDHs, com IDH-M muito alto (maior que 0,7) de algumas cidades, por exemplo: Jardim Botânico (na altura do Parque Laje) Praia do Flamengo (na altura do morro da viúva) Pasmado, São Conrado e Av. das Américas/Marapendí. Pedindo a palavra, Fernando explica que essa denominação dessas unidades é que gerou (Antonio fez referência) esses problemas. Pois lá na Fundação João Pinheiro, eles deram nome pra essas unidades que muitas vezes na Prefeitura se desconhece. Cita o fato da Rocinha que teve um erro grave, pois pegaram um setor, uma unidade que pegava uma parte pequena da Rocinha, e uma grande parte da Gávea, e na hora de dar o nome, deram Rocinha, gerando uma grande surpresa – diziam ser o IDH da Rocinha maior que o da Gávea, quando na verdade era a Gávea. Isso é muito preocupante, quando vocês usarem isso, vocês vão ver que tem no site um mapa (pois sem mapa, nome de lugar não significa nada), todo cuidado com essas divisões. Outras coisas também, pra chegar a essas unidades eles trabalharam com dados da amostra do Censo, aí tiveram que fazer uma ginástica estatística de tal maneira que pudessem criar unidades menores do que as unidades representativas dentro da metodologia da amostra do Censo. Fizeram uma média de diferentes setores censitários que somassem 400 domicílios que é o mínimo necessário pelo IBGE para ter representatividade. E muitas vezes essas unidades não são contíguas, elas são unidades que estão afastadas, embora eu não veja nisso um grande problema. Há uma discussão nisso, tem visões que acham que é um absurdo não ser contíguo, mais o fato é que eles fizeram uma média de unidades diferentes localizadas no espaço, para chegar àqueles valores de uma determinada unidade que era pequena, conclui Fernando!. (Apres.pág.22)

Bárbara resumindo: sobre os melhores IDH-M diz está na AP2 – Zona SUL e Tijuca, Barra/Recreio e um pouco de Jacarepaguá (AP4). As piores estão na AP5 AP3 – Zona Oeste e Zona Norte, e tem uma AP4 que é Parque N. S. de Fátima, que deve ser Jacarepaguá. Refere-se a uma escala criada num mapa feito pelo IPP, não é exatamente a mesma escala que eles consideram altos, ou muito alta, porque fizeram uma coisa mais adaptada para os valores da nossa cidade, senão ficariam todas as cores iguais (Ver maiores detalhes no mapa, onde os valores estão diferenciados por cores).

Em geral você vê que os IDH-M da cidade estão acima da maioria dos municípios da Região Metropolitana, com exceção da Maré, que está lá em baixo. A Maré só vai ganhar de Japerí e Tanguá, que tiveram os piores valores de IDH-M, ainda que acima de 0,6, segundo a classificação deles isso é um valor baixo, não um valor médio.

Finalizando, ela fala sobre uma tabela que colocaram no anexo da nota, (que é uma brincadeira) onde compara os municípios da Região Metropolitana – e as regiões da cidade. (Apres.pág.23/24/25)

Obs: Na nota técnica, e no Armazém, vocês vão achar outra análise desses valores. No site vocês vão achar todos os valores e outros valores que vocês quiserem. O site bem legal e fácil de usar www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ - www.armazemdedados.com.br

Fernando falando sobre **IDS** - tem oito indicadores. Isso não quer dizer que é o melhor, porque o outro tem menos indicador. O fato é que nós optamos por trabalhar com as divisões oficiais do município, e com setores censitários, enquanto aquele IDH-M trabalha

com 1.036 Unidades de desenvolvimento humano, nós vamos trabalhar com 10 mil setor censitários, e para isso, nós tivemos que trabalhar com as variáveis que integram o chamado questionário do universo da mostra, então você por outro lado tem uma limitação. A única variável que a gente consegue assim do Censo, universo para medir conforto, domiciliar, habitacional, e aí começamos a trabalhar com variável de educação, infelizmente só “analfabetismo” porque o Censo retirou do universo a informação sobre a educação do chefe domiciliar, o responsável pelo domicílio, o rendimento médio do responsável por salário mínimo. (tab.01)

Lugares abrangidos – Foi outra opção que nós adotamos também. Jogamos no nosso conjunto de análise, esses 11.213 lugares composto por todas as áreas de planejamento, região administrativa, bairros, favelas e setores. Tudo entrou no mesmo saco, de maneira que a comparação é perfeita, não tem problema nenhum comparar um setor censitário, com uma área de planejamento, ou um bairro com uma favela, porque a metodologia usada pra 2010 considerou isso. Em 2000 também – sendo que nós não conseguimos fazer o IDS das favelas por dificuldades de compatibilização de dados, e de setores. (tab.2/3)

Obs.: No Site do **Armazém de dados** – (na tabela 2248) uma pequena mostra como ele é apresentado. Além dos IDS – a exemplo do IDH-M, tem os oitos indicadores. Resultado: um mapa geral da cidade em que nós podemos ver a cidade dividida em três partes. (apres.pág.4)

– Fernando mostra as variações de índice por bairros (2000/2010), através de mapas, com as cores destacando cada área. (mapas no site em apresentação – págs. 5/6/7). Ele conclui dizendo: essa divisão corresponde ao que conhecemos da cidade, o que nos dá uma certa tranquilidade em dizer que o índice não é nenhum monstro – é coerente com tudo que nós conhecemos.

Principais pontos colocados pelos Conselheiros:

Leonam – (Searj) Se referindo a AP3/AP5, pergunta: se os índices alcançados de avanço, é suficiente para mudar uma realidade local. Fernando diz que diferente da ONU, que estabelece para os países do mundo essa qualificação: baixo/muito baixo/médio e alto, nosso índice não tem essa categorização. Diz ser complexo fazer isso, até pela carência de informações de dados especificamente “urbana”, pois não incorporamos quase nada disso. Cita o Censo que apesar de saber que a casa está ligada a rede de água, não se pergunta sobre o abastecimento. Não existem perguntas sobre as condições urbanísticas. Falam sobre isso de forma muito experimental. Pela primeira vez introduziram perguntas sobre: iluminação, pavimentação, (outra não lembrada no momento) obtida pela observação do pesquisador, e os resultados deixaram a desejar. Quanta a **criminalidade**, outra questão abordada, diz: que não está contemplado em nenhum desses índices. Afirma que se pensarmos no relativo, é claro que estamos conseguindo atingir um patamar de mudança. Trabalhamos no município do Rio de Janeiro, estamos conseguindo fazer uma aproximação, medida e vista por essas variáveis e suas limitações, das áreas mais desenvolvidas da cidade. O que não vai zerar a violência nessas áreas, ou, ter um tipo de urbanização ou de qualidade do urbanismo, do desenho urbano, mesmo de deslocamento, da mobilidade, como tem em outras áreas, porque o índice não está mensurando isso. Mais dentro dessa faixa de “muito alto” desenvolvimento humano, você vai ter diferenças enormes também, porque o índice não

contempla uma série de variáveis, principalmente o IDH, que são importantes pra definir a qualidade de vida. Por exemplo: duas famílias iguais em: renda, idade e formação, porém uma mora numa favela que foi urbanizada e não tem violência - a outra mora numa favela que não foi urbanizada e tem violência. A qualidade de vidas dessas duas famílias iguais será completamente diferente. Dificilmente um índice, qualquer que seja captará isso.

Luis Valverde - (IPP) Faz duas abordagens sobre o IDH-M ou IDS: se já foi utilizado, sobretudo em políticas públicas, e em quais poderia ser utilizada. **Fernando** diz que já foi utilizada, principalmente na formação de programas, e de políticas públicas. Pouco na avaliação, até devido ao fator “temporalidade”. Bárbara cita algumas vilas Olímpicas que o critério foi áreas de baixo IDH, e diz que o IDS também foi usado na escolha do PROAP. Pela SMU, **Antonio Correia** fala que o uso dos dados é muito utilizado na elaboração dos **PEUS**, principalmente a parte de IDS, e outros dados que existe no Armazém de Dados pra definir diagnósticos das regiões que são trabalhadas. Outra questão levantada, sobre a criação das categorias de **Centros na Luz**, Antonio diz que não sabe qual foi a metodologia usada, mais que vai levantar com os técnicos da Coordenação de Planejamento Urbano depois passo a informação. Completa: tem um pouco de percepção também, na verdade quase todos os projetos que nós elaboramos tem muito conhecimento dos técnicos, o que acaba facilitando esse processo.

Claudia Alves (PGM) Quer saber como a prefeitura está lidando com essa diferenciação referente aos dados estatísticos, que apresentam melhorias residenciais, com abastecimento de água e esgoto, que não é uma realidade, pois são regiões onde existem ligações clandestinas (na maioria em loteamentos irregulares), o tratamento de esgoto é ligado na rede pluvial, (gerando muitas ações contra o município, justamente por não ter esgoto tratado). Como corrigir essas distorções? **Fernando** fala sobre a limitação que existe de utilizar os dados do Censo. Esclarece que a pesquisa sobre o esgoto é feita ao morador (já é um problema), nada existe sobre o tratamento do fluente final do esgoto. Diz que temos que trabalhar no sentido de criar indicadores mais adequados, sobretudo esse aspecto urbano. Como foi falado anteriormente - há uma carência muito grande, também com uma temporalidade mais adequada, pois não podemos ficar esperando 10 anos do Censo, tem que ser indicadores de gestão, que possam medir esses fenômenos, e o avanço ou o retrocesso dos mesmos. Mais considerando esses aspectos metodológicos, tudo indica que houve um aumento real, da ligação a rede. Agora, se isso significa uma grande melhoria – ou mais problemas pra Cedae - não sabemos.

Ephim Shluger - (IAB) Observa que o Rio de Janeiro tem uma distorção muito grande na questão de mobilidade, e uso do solo urbano. Cita uma experiência: diz ter demorado 45 minutos em um ponto de Copacabana, a espera de um ônibus para a Zona Norte, depois das 10h30min da noite. Chegando a conclusão da grande dificuldade em sair da Zona Sul, para a Zona Norte, que o transporte público realmente trabalha de forma discricionária contra os pobres. Ele acha que esse tipo de dado seria necessário calibrar no planejamento urbano, e no desenho urbano, pois temos uma cidade totalmente diferenciada em termos de acesso a serviço público e transporte, e mobilidade é um deles. Finaliza querendo saber como calibrar esse sistema sem ter que esperar os 10 anos do Censo.

Fernando afirma ser possível melhorar, introduzir novas variáveis. O fato é que os grandes países (cidades) semelhantes ao Brasil discutem muita a necessidade de se trabalhar com registros administrativos, e menos – com os dados de grandes pesquisas, até, pelo alto custo. (não é abandonar o Censo), diz ser grande luta que tem sido junto aos órgãos da prefeitura, pois, em algumas áreas temos muitos dados registrados, exemplifica: uma criança é matriculada em uma escola – isso gera um dado, que pode ser

muito bem trabalhado, se ele for bem coletado. Pode ser um indicador muito importante. Fala do reconhecimento do IBGE, da sua independência, com produção reconhecida internacionalmente. Embora nossa confiança na utilização desses dados do IBGE ser razoável, sempre haverá problemas de monta em alguns lugares. **Valverde** complementa a resposta de Fernando: sobre os registros administrativos - fala sobre a criação do Sistema de Informações Urbana pelo plano diretor em 2011. Esse sistema já foi regulamentado, participaram desse grupo de trabalho – Urbanismo/Habitação, Meio Ambiente, e IPP, esse é um decreto, já está instituído, tem um comitê gestor integrado a uma série de secretarias, praticamente todos os órgãos municipais integram o **Siurbe**. Ele está numa fase de construir o seu plano de trabalho. Tem tido reuniões não só com o comitê gestor – mais com todas as secretarias para identificar os dados que vão fazer parte desse sistema, e qual o nível que ele está hoje. Esse plano de trabalho está sendo concluído – apresentado será discutido no comitê de gestor como ao Prefeito, porque os órgãos consideram que a partir de sua ótica, que é necessário alimentar. Isso permitirá muitas análises cruzadas que a gente pode fazer, inclusive com esses indicadores. **Andréia** lembra que esta gerência é nova (Pesquisa e Avaliação) com dois grandes objetivos: tentar qualificar os dados, não só da prefeitura, como de outros órgãos de tratamento de dados – estamos nos aperfeiçoando em fazer avaliação das políticas públicas, fomentando um curso, para os técnicos de outras secretarias também, no sentido de trazer essa cultura em avaliação de política pública. Faz uma analogia citando o Proap (Programa de urbanização de favelas) tivemos o cuidado de fazer de um pré diagnóstico, com perguntas de urbanização com dados não só quantitativos, como qualitativos, com o objetivo de saber, pós-intervenção - se esse serviço chegou da forma que deveria chegar com aquela política. Na parte de pesquisa - não só tratar esses indicadores, esses dados que já se tem, mais tentar criar em parcerias com outros Institutos que trabalham com dados como Unicef, Secretaria de Saúde, e estamos chamando: ISPE/ISER e todos os órgãos que possam criar um conjunto de indicadores, pensando nos indicadores do Milênio, e de cidades sustentáveis, resilientes e conectáveis, para que agente possa monitorar essa cidade com dados administrativos com qualidade, e por isso o técnico está presente, como também todos os outros dados, para que a gente não dependendo dessa periodicidade tão longa do IBGE.

Marco Antonio (Senge) Voltando às políticas públicas – pergunta: para que serve esse levantamento do índice, e que política pública estão sendo aplicados. Faz ainda uma citação dos Titãs sobre o acaso (o acaso vai me proteger enquanto eu andar distraído) e compara ao que acha que vai acontecer, não entende porque quando se faz uma intervenção em um bairro (cita alguns) por ex: o Grajaú, tem alto índice, e outros bairros que estão em torno, não tem. Diz que os dados são importantes, mostra uma visualização, mais não traduz a mesma performance para os bairros em torno, e questiona onde isso traduz política pública. Conclui querendo saber qual política pública que o Estado está preparado para fazer. **Fernando** diz que a função como pesquisador é mostrar algo que podia parecer antes dos dados, apenas uma impressão, e a partir dos dados, passa a ser uma convicção, uma realidade. Esse é um aspecto fundamental. Prossegue: imagine se o Rio de Janeiro tivesse piorado no IDS OU IDH-M em 10 anos? Estaríamos muito preocupados e nos colocando em outra situação! Pode parecer pouco... mais não é. Mostrar para o governante que o nosso cavalo não é rápido, mais que está na direção certa é muito importante para a política pública. A política pública não é só a formulação da política - é também um conjunto de conhecimentos que se forma, e que dá orientação geral, para continuar, ou mudar as grandes políticas públicas. Podia ser ao contrário, todo mundo podia achar que a Zona Sul já era alto, por isso cresceu! Não sei, diz Fernando – ninguém tem controle da realidade para dizer que os dados iam mostrar isso, ou aquilo. Por isso a necessidade de pesquisa-lo, e constatar. Quanto à questão

crucial levantada pelo **Leonam** (que é um grande conhecedor da cidade) quando a ONU classifica esses países é porque tem um rumo. Aí todos querem ter o Índice de desenvolvimento mais alto possível! Isso está fundamentado num conjunto de valores que a ONU, e os países que ela representa considera como valor humano. Na Suécia o índice de suicídio é alto, mais não entra como indicador. Então existe essa diferença de conceito. Mais considerando a maioria dos países, dos valores predominantes na época atual, você tem metas a serem alcançadas. Você vai lutar sempre, e a pesquisa permite dizer aonde é que eu estou mal. **Marco Antonio** volta a falar sobre índices, que precisa ser traduzido em políticas pública, cita como exemplo: o Rio tem um terço da sua área coberta por vegetação, e 13 unidades de conservação ocupada com administração, e pergunta para que serve, finaliza dizendo que a população não sabe disso, e precisa saber.

Sandra Sayão (ASBEA) Faz uma observação sobre os dados expostos, e questiona, o porque, de não ver em nenhum índice que são levados em consideração, aqui apresentados, nenhum que pudesse entender, que pudesse criar, classificar e quantificar o meio urbano! Ainda dentro da sua observação, diz que o IDH também tem que está linkado ao interesse de você ocupar, ou desenvolver um determinado lugar. Como dimensionar isso? **Fernando** ratifica que foi comentada a carência de informações, uma dificuldade teórica de informação de dados. **Sandra** replica: Vocês entendendo que existe essa carência de dados, vocês já discutem como criar? Fernando confirma a discussão, e diz que é uma coisa nova. Reitera; enquanto na área econômica existem 300 mil indicadores há séculos, (mudando, melhorando) na área social e urbana, tem muito pouco. Ele cita outras áreas que estão com bons indicadores, como: saúde, meio ambiente, mais no urbano a dificuldade é maior – dúvidas, não há consenso, Muitas vezes você cria variáveis que são tipicamente sociais, e dá o nome de urbano, e não é. Nosso pelo menos é modesto em dizer que é um Índice Social, mais ressalva que a observação é pertinente: temos que buscar novas variáveis.

Mozart - (SEDES) – Diz que os dados apresentados mostram a realidade. Houve uma melhoria! Faz uma analogia citando um provérbio africano que diz: Se você quer caminhar, ir longe e rápido - vá sozinho. Mais se você quiser ir mais longe, vá em grupo. A Maré (como visto no gráfico) foi onde teve maior crescimento na parte da Educação, houve uma mudança na AP3 muito grande (ver gráfico). Continua, é lógico que se tem desejos, seria se tudo ficasse igualitário. Mais é lógico que tem demandas do próprio contexto da cidade, onde os atores com o maior poder aquisitivo dominam esses dados e, conseqüentemente investem mais. Conclui fazendo uma referência ao legado do PAN e questiona se foi avaliado onde foi feito investimentos, e qual foi o legado deixado. Finaliza falando que o próximo evento a se realizar (Olimpíadas), parece que o critério usado para determinar as áreas de investimentos foi dentro desses índices apresentados, embora não tenha sido de uma forma grupal, e espera que possa depois ser avaliado no próximo Censo. Espera que a cidade cresça como um todo, que haja valorização da terra naquele entorno, pois é uma apropriação de capital público.

Leonam, pede a palavra para informar que o IAB vai ter um seminário chamado “Londres e Rio de Janeiro, Metrópoles Olímpicas em transformação”, onde vão receber três especialistas de Londres que vão falar sobre Legados. **Antonio Correia** volta a falar do uso dos dados: confirma a utilização dos mesmos em um estudo específico feito em Manguinhos: comparavamos renda de Bonsucesso e Ramos, víamos claramente que Manguinhos tinha uma renda muito baixa. E quando a gente pegava o mesmo bairro e comparava na (raz), com informações sobre emprego, e salários - tudo se inverte! Manguinhos, fica com os maiores salários, maior quantidade de renda. Claro, ali tem a Fundação Oswaldo Cruz, a renda gerada é enorme, mais nada fica no local. Então o projeto todo tinha esse objetivo: como fazer com que aquelas pessoas muito pobres que

moram naquela região, pudessem se apropriar da renda que é gerada naquele local. Então esses dados são trabalhados. Voltando a Maré, é que a gente via os dados que se tinha estabelecido o ponto mais fraco daquela região. Quer dizer, trabalhar as outras áreas em volta é importante... Sim, mais trabalhar aquela que está em situação pior é bom, porque iguala as outras. Finaliza – quando você traz essas pessoas para um nível semelhante, as outras sobem tudo no mesmo conjunto.

Leonam – (SEARJ) Analisa que todos os índices vão decair - se não entrar no tecido urbano. Fala da sua experiência em outras secretarias, como: Habitação, em favelas, urbanismo, e como é complicado. Não adianta os índices de educação serem altos se não entrarmos na Maré (porque o tráfico domina), não tem planejamento urbano, enquanto a violência imperar. Fala da melhora na área da Penha, da Ilha do Governador, do Jardim Guanabara que pra acessar-la tem que passar pela Maré, e que está sujeito à bala!. Acha os dados importantes... mais volta a defender uma mobilização muito maior, para enfrentarmos esse drama!

Antonio Correia – Agradece fazendo sua consideração final, elogia o nível de discussão, e espera que a próxima reunião do COMPUR, seja no mesmo padrão!.

Obs.: Esta palestra consta de dados representados em gráficos e tabelas (aqui indicados por números de páginas), disponíveis em **APRESENTAÇÕES**.

Em 30/05/2015

Esmeralda Farias

Secretaria Executiva do COMPUR